

**Cultivar a terra:
Saberes e práticas da roça entre mulheres do
quilombo Itamoari, Pará**

Cultivating the land:
Knowledge and practices of the farm among women from the
quilombo Itamoari, Pará

*Marcia do Carmo Sousa*¹

*Vanderlúcia da Silva Ponte*²

*Maria Roseane Corrêa Pinto Lima*³

¹ Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia, Historiadora e Professora de História e Estudos Amazônicos no Município de Cachoeira do Piriá.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Pará/Centre de Recherche Sur L'action Locale da Université Paris 13 (Université Sorbonne Paris Nord), Antropóloga e Professora da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança.

³ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança.

RESUMO

O artigo focaliza a comunidade negra reconhecida como remanescente de quilombo Itamoari, no município de Cachoeira do Piriá, no Pará, objetivando investigar saberes e práticas negro-indígenas na produção das roças, no plantar e manejar os recursos naturais, analisando relatos das pessoas mais velhas da comunidade e mais especificamente os conhecimentos das mulheres negras quilombolas. Assim, discutem-se as relações entre quilombolas de Itamoari e indígenas Tembé, para se evidenciar o longo processo de suas interações e trocas nas fronteiras entre o Pará e o Maranhão. A pesquisa bibliográfica direcionada às produções sobre a história dos quilombos e mocambos na Amazônia e a pesquisa de campo com realização de entrevistas semiestruturadas com membros dessa comunidade negra, remanescente de quilombo, balizaram a investigação. O processo de formação do quilombo Itamoari, em sua tradição de luta por liberdade, autonomia e atividades camponesas, foi demarcado pela *r-existência* negro-indígena nos dois lados do rio Gurupi, evidenciados nos relatos das quilombolas sobre saberes e fazeres na produção das roças, mas também nos cultivos que asseguram tanto o sustento quanto os cuidados com o corpo na comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombos; *R-existência*; Produção de roças.

ABSTRACT

The article focuses on the black community recognized as a remnant of the Itamoari quilombo, in the municipality of Cachoeira do Piriá, in Pará, aiming to investigate black-indigenous knowledge and practices in the production of farms, planting and managing natural resources, analyzing reports from the oldest people in the community and more specifically the knowledge of black quilombola women. Thus, the relationship between the quilombolas of Itamoari and the Tembé indigenous people is discussed, in order to highlight the long process of their interactions and exchanges on the borders between Pará and Maranhão. The investigation was guided by bibliographical research focused on productions on the history of quilombos and mocambos in the Amazon and field research with semi-structured interviews with members of this black community, a remnant of quilombo. The process of formation of the Itamoari quilombo, in its tradition of struggle for freedom, autonomy and peasant activities, was marked by the black-indigenous *re-existence* on both sides of the Gurupi River, evidenced in the quilombolas' accounts of knowledge and practices in the production of farmland, but also in the crops that ensure both sustenance and care for the body in the community.

KEYWORDS: Quilombos; *R-existence*; Farmland production.

Entre o quilombo Itamoari e as aldeias Tembé, as interlocutoras da pesquisa

A comunidade negra reconhecida como remanescente do quilombo Itamoari, localizada no município de Cachoeira do Piriá, no Pará, é focalizada neste trabalho, cujo objetivo é o de perscrutar saberes e práticas negro-indígenas na produção das roças, atentando-se para as mulheres no plantar e manejar os recursos naturais, tendo em vista que elas são consideradas sábias e aprendizes da natureza, que manipulavam/manipulam fórmulas de cura ancestrais, as quais são atualizadas pelos rituais e memória coletiva da comunidade (CARMO, 2020).

Trata-se de uma área de fronteira entre o Pará e o Maranhão, para a qual vários estudos apontaram a circulação e interações de comunidades negras com indígenas (GOMES, 1997) e sobre os quais grupos de pesquisas vêm desenvolvendo debates atentos aos saberes e práticas dos moradores do quilombo de Itamoari, cujas histórias evidenciam como populações descendentes de negros escravizados, outrora em rotas de fuga, estabeleceram alianças com outras comunidades, como os indígenas Tembé, no interflúvio do rio Gurupi (SOUSA, 2023; CARMO, 2023; CARMO, 2020).

Na atualidade, essas memórias de contatos possibilitaram entender como se deu a criação do quilombo Itamoari. Por meio de ajuda mútua, indígenas e negros buscaram contatos comerciais, dominaram as florestas e os percursos dos rios, garantindo assim um lugar seguro para viverem. Esses processos de compartilhamento de saberes e apoio mútuo entre populações negras e indígenas são históricos e podem ser chamados de *r-existência* (PORTO-GONÇALVES, 2006). O termo indica a reação à dominação de determinado grupo por outro, como resposta de um grupo social a determinadas mudanças que opõem em suas lógicas as práticas sociais. O conceito de *r-existência* nos ajuda a compreender as

lutas sociais e as estratégias econômicas que os quilombolas de Itamoari vêm desenvolvendo para manterem suas práticas culturais e seus modos de vida ancestrais.

Os dados históricos e etnográficos destacados nesta pesquisa possibilitaram remontar a formação deste quilombo e aumentar o interesse nos saberes das mulheres sobre a produção das roças e suas atividades na agricultura, de sua importância para se garantir a sociodiversidade no Itamoari. Nessa perspectiva, este estudo perscrutou como se produzem e integram os saberes das mulheres no fazer a roça e nos cultivos de plantas para tratamentos do corpo, e como esses saberes revelam a construção de laços de pertença com a terra a partir da confluência de conhecimentos de negros e indígenas, proporcionando a produção de alimentos e a cura aos quilombolas de Itamoari.

O interesse pelo tema surgiu à medida em que as discentes do Curso de História e naturais do quilombo Itamoari participaram de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na graduação junto ao povo Tembê nas aldeias da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG). Foram as reflexões a partir da observação e convívio com o trabalho das mulheres nos espaços da roça, da participação nos debates étnico-raciais na universidade e das atividades de campo nas aldeias Tembê que as mobilizaram a investigarem as relações negro-indígenas entre o quilombo Itamoari e as aldeias Tembê. Não se trata de uma descoberta, posto que no dia a dia do quilombo as relações negro-indígenas são evidentes, mas de entender como essas relações produziram saberes essenciais para a reprodução social dessas comunidades na fronteira entre o Pará e o Maranhão.

Assim, a pesquisa partiu de algumas inquietações e buscou refletir sobre como essas mulheres construíram seus laços de pertença com a terra. E de que forma seus saberes lhes permitiram o desenvolvimento da sociobiodiversidade

naquele território. Desta feita, para bem precisar os saberes das mulheres sobre e na roça, buscamos as narrativas das/os mais velhas/os e suas memórias. E, a partir dessas memórias, identificar e analisar o sentido de pertença dessas mulheres à terra, pois, como já afirmou Antônio Bispo (2021, p. 1), ao se referir às comunidades negras e indígenas do Brasil, “a terra não nos pertence, nós é que pertencemos à terra”. Com as pistas de Bispo, visamos precisar melhor essa relação das mulheres com a terra, pois partimos do pressuposto de que, por meio do cultivo das plantas e dos processos de cura, essas mulheres teciam diversas redes que se consolidavam pelo uso da palavra em rezas, rituais, e cantos, os quais constituíam processos de longa data e traduzidos nas relações entre mundos, fronteiras e diásporas (SOUSA; PONTE; AMORAS, 2022; PONTE, 2022).

Figura 1 – Localização do Itamoari, em Cachoeira do Piriá - PA



Fonte: REIS et al, 2007.

A Comunidade Quilombola do Itamoari está localizada na Reserva Quilombola do município de Cachoeira do Piriá, no nordeste paraense, às margens do rio Gurupi, fronteira com o estado do Maranhão (Figura 1). A comunidade é formada a partir da relação sociocultural entre negros e indígenas desde meados do século XVIII. Nos trabalhos desenvolvidos por Flávio dos Santos Gomes (1996; 1997), essa região é descrita como espaço de grande organização de mocambos e quilombos, tecida por redes que integravam não só negros escravizados, mas também indígenas que circulavam na região, de tal modo que esses dois grupos vivenciaram e vivenciam fortes zonas de contatos socioculturais nas fronteiras entre o Pará e o Maranhão (GOMES, 1996, p. 13-14).

As famílias são constituídas por uma rede de família extensa, formadas por laços de parentesco, por casamentos entre quilombolas e indígenas da etnia Tembé. Em sua organização política particular, não se permite que outras pessoas sem esse vínculo étnico possam construir moradia na comunidade porque a mesma é denominada como “fechada”, termo utilizado por eles para caracterizarem sua organização sociocultural. São esses laços de parentesco que permitem aos quilombolas de Itamoari se definirem como “negro-índios”, posto que suas interações estão relacionadas às experiências históricas e culturais em território, formado por matas, rios, e diversos seres, que permitiram as trocas de saberes e cuidados com a natureza, em um modo de vida compartilhado com os indígenas Tembé, como vem sendo evidenciado em estudos recentes (CARMO, 2023)⁴.

⁴ Sobre como as manifestações socioculturais e religiosas no quilombo Itamoari, tal como a Dança do Cajá, evidenciam as imbricações de traços culturais advindos de populações negras e indígenas, conferir: FURTADO; CARMO, 2024.

Além da pesquisa bibliográfica, que incluiu sobretudo as produções sobre as formações de comunidades negras quilombolas na fronteira entre o Pará e o Maranhão, realizamos entrevistas semiestruturadas com moradores do Itamoari, destacando três mulheres: Rosilda dos Santos Tembê; Maria de Fátima do Carmo; e Maria do Carmo dos Santos. Rosilda dos Santos Tembê, de 53 anos, mulher “negra-índia” nascida na Aldeia Sede, dos indígenas Tembê, filha de Maria de Fátima do Carmo, quilombola de Itamoari, e Manoel Farias dos Santos (da etnia Tembê). Ela possui grandes conhecimentos da umbanda, da cultura indígena e quilombola, e seus saberes relacionados aos cantos, rezas, técnicas da pesca e da produção das roças e de remédios caseiros. Também entrevistamos Maria de Fátima do Carmo, de 79 anos. Nascida na comunidade de Itamoari, passou grande parte da sua vida morando nas aldeias do Gurupi onde adquiriu importantes conhecimentos dos costumes indígenas na produção das roças. A terceira interlocutora destacada foi Maria do Carmo dos Santos, que gosta de ser chamada de Maricota, tem 81 anos e é filha de Dionísio do Carmo Oliveira e Petronília Lima Souto⁵. Maricota tem importantes conhecimentos sobre a história da comunidade, sendo ela responsável pelo salão da umbanda, bem como sobre a produção de remédios, na cura com a reza, e sobre a produção das roças.

Na primeira parte detalharemos as vivências interculturais entre negros e indígenas no quilombo Itamoari. Destacaremos, sobretudo, os processos históricos que determinaram as alianças entre negros e indígenas na região de fronteira entre o Pará e o Maranhão e que possibilitaram a criação de novas territorialidades. Posteriormente, veremos como as mulheres foram importantes para tecerem seus

⁵ Sobre Maria Petronília Lima Souto, que também é mencionada nas entrevistas como Petronila Lima Sota, conhecida como Pituca, foi uma indígena Tembê criada no Itamoari e que se tornou parteira e pajé nesse quilombo, cf. Carmo, 2022.

saberes e criarem laços de pertença com a terra. Ao produzirem a roça, promoveram a cura e os cantos rituais, e foram dinamizando a sociobiodiversidade e *r-existindo* (PORTO-GONÇALVES, 2006) em um mundo entre ser negro e indígena no quilombo de Itamoari.

A *r-existência* negro-indígena na fronteira Pará-Maranhão

O século XIX revela um universo de trocas, alianças e solidariedade entre diferentes comunidades que circulavam e residiam ao longo da região entre o Pará e o Maranhão, cujas relações são complexas e tecidas para resistir aos ditames coloniais historicamente impingidos sobre indígenas, africanos e seus descendentes. Ainda que a violência operasse uma máquina de opressão sobre negros libertos ou escravizados, eles não sucumbiam a esses processos. É assim que se refere Flávio Gomes ao estudar a região: “os mocambos, como o verde das matas, floresciam e davam o tom por toda parte” (GOMES, 1997, p. 53). Os mocambos consistiam em refúgios para a liberdade e reinvenção de uma nova territorialidade, que se expandia à medida que negros e índios interagiam entre si. Para Porto Gonçalves (2006), essa interação é uma forma de *r-existir*

[...] resistimos dentro do sistema capitalista, dentro do mundo moderno-colonial, mas ao resistirmos criamos ou possibilitamos que algo que não é próprio do capitalismo e do sistema-mundo moderno-colonial possa ser criado, possa vir a existir, por *r-existir* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 45).

Nesse sentido, Flavio dos Santos Gomes (2006) demonstra em que medida as fugas mata a dentro ajudaram na tentativa de negros fugitivos escaparem das perseguições e como esses sujeitos fizeram das matas espaços de *r-existência*

(Porto-Gonçalves 2006), nos quais reinventavam práticas econômicas, mantinham vivas suas memórias em processos de diáspora e tentavam contatos com outros setores da sociedade com os quais puderam ampliar suas bases econômicas, suas autonomias e redes de proteção e solidariedade (GOMES, 2006, p. 283).

Como ressaltou Flávio Gomes, ao se referir à capacidade das comunidades quilombolas de articulação com as lógicas econômicas das regiões vizinhas, e mais especificamente quanto a esta área de fronteira entre o Pará e Maranhão,

(...) No século XIX, no Maranhão, na região do Gurupi, as conexões dos quilombolas com escravos nas senzalas eram permanentes, a ponto de as autoridades afirmarem que tais e tais fazendas eram os verdadeiros quilombos. A economia quilombola mais típica era aquela da produção de farinha de mandioca. Em roças, não raras vezes distantes de seus acampamentos e comunidades, quilombolas plantavam e colhiam mandioca, transformando-a – através da moagem, peneiras e forno – em farinha e outros derivados. Embora a farinha fosse importante como um símbolo da organização socioeconômica das comunidades remanescentes, ela não foi a única produção na economia quilombola (GOMES, 2018, p. 368).

As especificidades sociodemográficas de algumas áreas, principalmente na Amazônia, permitiam que os contatos entre negros e indígenas fossem frequentes, possibilitando nas fugas as suas alianças e facilitando a formação de mocambos. Tais contatos possibilitavam também uniões consensuais e mesmo casamentos entre indígenas e negros na região.

A formação de alianças entre negros e indígenas na região do Gurupi se dava a partir da tentativa de os negros escaparem das condições impostas pelos colonizadores, e, assim, buscavam novos espaços onde fosse possível reproduzir suas práticas culturais, por meio da agricultura, do extrativismo, da caça e a pesca,

da dança e dos rituais, mas sobretudo para construir a vida em liberdade, como enfatiza Gomes (1996).

Essas relações se estabeleciam por meio dos contatos por rios e igarapés, nas confluências dos rios Gurupi, Maracaçumé e Cachoeira do Piriá. Os estudos voltados para a região de fronteira entre Pará-Maranhão vêm se intensificando nas últimas décadas, possibilitando que se entendam os processos de resistência das populações, reconhecendo-se as agências e as tramas de importantes sujeitos sociais, antes excluídos da História.

As fugas e formação dos quilombos para as matas, na região do Gurupi possibilitaram um novo sentido de vida para aqueles que tentavam a liberdade. Para Gomes (1996), “esse foi um sinônimo claro das resistências contra as expedições reescravizadoras, em busca de constituir experiência e possibilidade de reorganizar suas vidas, buscando cada vez mais autonomia e liberdade” (GOMES, 1996, p. 12-14).

A presença indígena na comunidade de Itamoari é descrita nos relatos dos mais velhos, destacadamente, a partir do envolvimento de negros com indígenas da etnia Tembé, relações vistas como conflituosas a princípio, mas seguida de alianças e autoajuda entre as comunidades locais no decorrer do século XIX, em face dos ataques dos Urubu-Ka’apor, grupo indígena temido na região. Henrique Jorge Hurley (1928) enfatiza, em seu relatório, que esses ataques eram constantes nessas povoações, o que provocava alianças entre outros povos e comunidades, como é o caso dos Tembé e os quilombolas de Itamoari.

É nesse contexto que pretendemos enfatizar a formação do quilombo de Itamoari, em meados do século XIX. Para isso é importante compreender essas alianças que fizeram com que a construção social da identidade da comunidade de Itamoari se tornasse negro-indígena. É necessário enfatizar as diversas estratégias

que os demais sujeitos sociais estabeleceram dentro desse processo de fuga e de resistência, também é importante fazer uso do passado e das memórias para compreender as complexas situações que levaram a essas alianças e os conflitos na formação desse quilombo.

Hurley (1928) ressalta ter visto algumas mulheres Tembé vivendo maritalmente com pretos. Enfatiza que era comum a relação matrimonial entre negros e índios nessa região, mencionando a fuga de Agostinho de Sá Caldas, negro escravizado que nasceu por volta de 1836 e na segunda metade do século XIX esteve entre os fundadores do quilombo de Itamoari e se casou com uma indígena Tembé. Seus relatos destacam que Agostinho era famoso por suas estratégias de garimpagem, sendo o grande mentor da fuga de um grupo do garimpo de Monte Áureos (Montes Áureos ou Monte Cristo), na divisa entre Gurupi e Maracassumé, para as matas de fronteira, em terras paraenses:

[...] no Limoeiro, viveu Agostinho algum tempo ocupando-se em plantações de roças e na garimpagem das terras vizinhas de Monte Aureos. Em 1883 as forças do governo atacaram esse novo refúgio de escravos obrigando Agostinho a imigrar para o Rio Gurupy, que atravessou com muitas famílias e os seus fundando, já em terras paraenses, a pittoresca povoação Itamaury, que ainda hoje existe recordando sempre o nome do seu fundador (HURLEY, 1928, p. 47).

Os escritos de Hurley nos ajudaram a associar tais fatos com os relatos e memórias de Maria do Carmo dos Santos (2019), conhecida como Maricota, as quais remetem às histórias contadas por sua mãe, Petronília Lima Sota (Souto), que mencionam o negro fugitivo Agostinho de Sá Caldas e as fugas de escravizados, explorações de garimpos e formações de mocambos nas fronteiras entre o Maranhão e o Pará. Segundo Maricota, os pais de seu pai, Maria do Carmo

e Francisco Oliveira, junto com Domingos Sota⁶, pai de sua mãe, foram os primeiros habitantes do lugar denominado “Escuta”⁷, nome atribuído pelos pretos em decorrência do lugar ser propício para se escutar a movimentação do rio, como o barulho de um batelão chegando. Manoel Caldas do Carmo (seu Nel), de 63 anos, morador e uma das lideranças do Itamoari, relata que:

[...] Os nossos ancestrais que transitaram das terras maranhense para as terras paraenses eram fugitivos que vieram de Turiaçu diretamente para o garimpo de Monte Áureos, também no Maranhão, e somente depois de uma briga no garimpo que os mesmos atravessaram para as terras paraense, ao entrar em conflito com indígenas passaram a habitar o lugar denominado “Escuta”,

Essas narrativas aparecem nos relatos de Maricota, que ressalta como o contato entre negros e indígenas, a partir do casamento entre seu avô Domingos Sota, negro, e sua avó, Rosa Lima, indígena Tembé, ocasionou alguns conflitos, os quais culminaram na morte de seu avô e fuga de alguns pretos para o “Escuta”. Segundo Maricota (2021), esse contato se deu a partir da morte de seu avô.

[...] meu avô Domingos Sota, negro que veio do Maranhão, roubou a minha avó da aldeia dos Tembé. Ele a roubou. Eles foram morar para Praia Grande, ficando um bocado de tempo. Quando a minha mãe nasceu, eles vieram direto para o Jiboia. No Jiboia que os Índios vieram matar meu avô, porque tinham ido roubar minha avó Rosa Lima, índia Tembé. Ela teve cinco filhos, Petronília, minha mãe, que nasceu em Praia Grande, e outros quatro filhos, nascidos no Jiboia. Após a morte do meu avô que os outros vieram morar na Escuta. Francis do Carmo e Maria do Carmo eram os

⁶ Mencionado nas entrevistas como Domingos Sota e referido em alguns escritos como Domingos Souto. Vide Carmo, 2022.

⁷ Caverna de pedra, está localizada na área do Itamoari, à margem direita do Caramugin.

pretos que vieram do Maranhão, fugindo da judiação dos brancos. Petronília do Carmo foi criada por Francis do Carmo e Maria do Carmo, tempos depois ela acabou casando com Dionísio do Carmo, filho de Francis do Carmo e Maria do Carmo, os mesmo que criou ela.

Dionísio do Carmo e Petronília (Pituca) foram pessoas de grande importância para a difusão dos saberes negro-indígenas na comunidade de Itamoari. Pituca teve reconhecimento como grande parteira e pajé da região do Gurupi, entre os anos de 1970 e 1980, deixou um legado importante na cultura dos quilombolas de Itamoari, seja nos cantos, nos remédios ou práticas xamânicas. Dionísio também desenvolveu importante papel como liderança e nos saberes e práticas da roça e da pesca. Para Maricota (2021), foi no ato de acompanhar seus pais nas roças, na festa do bumba meu boi, ao participar da brincadeira no salão de umbanda, que ela desenvolveu seu dom, como ela reforça:

A minha mãe antes de morrer me chamou e me entregou suas rezas e suas coisa da brincadeira. Só que eu não queria brincar, eu só tomei essa decisão porque aqui houve um tempo que os bichos mexiam muito com as crianças. Toda hora chegava um aqui dizendo que tinha uma criança se entortando. Então, resolvi levantar o salão, é até hoje eu faço a brincadeira e só vou parar quando eu morrer, porque é a brincadeira que protege nossa comunidade.

No quilombo de Itamoari as experiências compartilhadas entre negros e indígenas em torno dos saberes e fazeres da roça possibilitaram ampliar os conhecimentos acerca da diversidade agrícola desse território, uma economia que se configura a partir da produção da farinha, da plantação da mandioca, mas que não se restringe a esse cultivo, pois ele é consorciado ao plantio e colheita do arroz, a coleta do açaí e muitos outros produtos cultivados ou nativos que servem para

manutenção da economia local. O extrativismo na comunidade está relacionado a lógica sustentável e de preservação, no qual só se retira da floresta o suficiente para a segurança alimentar da comunidade.

Nessa perspectiva são esses elementos das práticas e dos saberes no trato com a terra que constituem essa vivência que podemos chamar de a *r-existência*, como já enfatizado por Porto-Gonçalves (2006). Essas experiências são construídas a partir de laços de solidariedade entre as pessoas, as famílias e os demais seres da floresta, sejam os encantados ou não. Para os quilombolas de Itamoari essa relação está interligada com a natureza, natureza que é viva, que tem seu próprio ritmo, tempo, agência sobre os humanos.

Para entender as confluências dessa relação e a produção desse saber orgânico, como enfatiza Antônio Bispo (2015), por meio de conhecimento circular, que permite entrelaçar a vida de muitos seres, é possível percebê-lo a partir da produção da roça, posto ser uma prática que se configura de forma cíclica, pois é no vai e vêm da memória, que esses saberes se consolidam e marcam os espaços e as territorialidades, enquanto lugar de pertença e experiências vividas. Porto-Gonçalves (2006) sinaliza para a luta que marca o modo de vida de um povo, sua relação com a terra, suas memórias e saberes-fazeres. Para os quilombolas de Itamoari esses saberes e fazeres se consolidam a partir das experiências coletivas com a terra, territorializados no contato com a natureza.

São nas semelhanças no modo de tratar a terra e produzir a territorialidade que negros e índios produziram e produzem ajuda mútua, casamentos, alianças e confluência de saberes entre territórios, um movimento intercultural genuíno presente no fazer cotidiano dos quilombolas de Itamoari. É nesse sentido que podemos entender a territorialidade destes quilombolas, a partir da relação com a natureza, porque para eles essa relação vai além da ideia de natureza como

recurso florestal, posto que ela se afirma na relação entre sujeitos e se constitui da multiplicidade de mundos e seres. É, portanto, ao pensar diferentes formas na relação com os mais velhos, nas atividades das roças, nos rios, nos igarapés, nas matas, nas festas de santo, brincando e dançando que os quilombolas de Itamoari se reconhecem como protetores da floresta, como negros-índios.

Existem diferentes formas de pensar a natureza para os povos da Amazônia, essa relação é diferenciada de acordo com as experiências vividas pelos indivíduos. Entre os quilombolas do Itamoari e os indígenas Tembé a natureza se constitui de muitos seres; as espécies vegetais e animais, os minerais, os rios, e a lua, por exemplo, tangenciam relações entre sujeitos, determinam e direcionam a vida dos indivíduos.

Estudos apontam como os grupos indígenas historicamente dominaram sistemas sofisticados de produção, com calendários agrícolas baseados em conhecimentos astrológicos, seleção e manejo de solos, diversificação de culturas e uma alta especialização no cultivo de mandioca – conhecimentos e práticas estes que conformam a agricultura indígena que influenciou a produção familiar da Amazônia (ALVES, 2015). Assim ocorre entre indígenas Tembé em suas relações e trocas com quilombolas como os de Itamoari, para os quais a lua define os períodos de plantio e colheita, os horários e dias propícios de caça e pesca, o parto e resguardo das mulheres, como nos explica Rosilda Tembé (2024).

Ao falar das funções da lua no plantio da roça, Rosilda enfatizou que o momento propício para se plantar a mandioca é na fase da lua nova. Então, após os homens prepararem o terreno e abrirem as covas com a enxada, as mulheres vão colocando em cada cova um pedaço de haste da maniva, no que chamam os meninos para as ajudarem. Plantam na lua nova e as hastes vão crescer, mas a força vai para o crescimento da raiz, da “batata”. Se plantarem na lua crescente, no

entanto, o resultado é o maior crescimento das hastes “e a raiz não vai ter força”. Já o milho se planta na lua minguante, segundo ela, porque “tá escuro e aí não dá praga nenhuma para comer os grãos que bota na terra”, ao contrário das noites de lua, que “tem muitos bichinhos da noite que comem o milho”.

Ainda sobre as “funções que a lua tem” com a mulher, Rosilda contou:

Olha, na lua, na plantação de legumes, não tem problema, se a mulher tiver no dia dela [menstruada], se ela quiser plantar uma semente, ela tá no dia dela, não interfere não a lua pra mulher, tá? Nós fazemos o plantio da roça pela lua é a modo de fazer a movimentação da lua, tá? Porque se você plantar o legume na lua crescente ou lua cheia, realmente você não vai ter bom aproveitamento do que você espera (...) Só é ruim para mulher quando tá menstruada é tirar um azeite, um óleo de qualquer tipo de semente, um óleo de andiroba, um óleo de carrapato (...) A gente não pode estar menstruada porque vai estragar o nosso conteúdo.

Tratar da roça e decidir sobre o plantio, nesse sentido, depende de amplo conhecimento sobre a natureza e seus ciclos. Para as mulheres, especificamente, lidar com a terra, implica certos cuidados com o corpo, com os fluidos menstruais, com o resguardo, a alimentação e alguns rituais, como os cantos, as rezas e os banhos com ervas medicinais. É na intercomunicação com os outros seres, visíveis e invisíveis, que os quilombolas aprendem a habitar e morar na terra. Essas relações ou intercomunicações produzem as territorialidades (PORTO GONÇALVES, 2006), marcadas pela presença dos donos dos lugares, como a curupira e mãe d'água, os orixás. Assim, nas vivências cotidianas, ao produzirem suas práticas na roça, quilombolas de Itamoari compartilharam com as novas gerações e os Tembê, o sentido de pertencimento a esse lugar que pisam e chamam de quilombo.

O lugar e o fazer a roça na comunidade de Itamoari

As preocupações dos moradores do Itamoari com o lugar de fazer a roça podem ser observadas no seu esforço para incluir itens a respeito disso nos artigos que compõem o “Estatuto de Regulamento de Quilombo, com Base na Vida Social Quilombolas de Itamoari” (2000). Nele, os moradores são “proibidos de fazer roça em beira de caminho, de igarapé, de rio ou nascente de vertente” (Art. 26), assim como é “proibido fazer roça em ubinzal, em açazal, como também botar fogo que possa pegar em açazal ou mata de preservação” (Art. 27).

A produção das roças no quilombo de Itamoari se dá próximo das casas e em áreas que fazem limite com o território, como a roça de Maria de Fatima, localizada na fronteira com o Maranhão, sendo esse espaço cultivado desde sua infância por seus avós, mais tarde por seus pais, atualmente por sua família. A roça de Rosilda Tembê com seu esposo Idelvan, antes cultivada pelos pais do Idelvan, fica localizada em uma das ilhas do Rio Gurupi, para além do território quilombola. Rosilda Tembê, como informado anteriormente, é filha de uma quilombola de Itamoari com um indígena Tembê, sendo grande conhecedora da cultura indígena, que valoriza os saberes tanto indígenas como de matriz africana, considerada uma pajoa da comunidade.

Nas proximidades do território de Itamoari existem três ilhas, as quais ficaram fora da demarcação do quilombo, mas são espaços onde se constroem as roças das famílias da comunidade, o que permite que mantenham relações históricas com o lugar. Mamoiira é o nome dado à ilha na qual a Rosilda Tembê faz a roça, centralizada no meio do rio Gurupi, na ilha de Manelzinho, à margem

direita do rio Gurupi, acima da comunidade. O Gurupi e seus rios adjacentes, uma fronteira aberta entre o Pará e o Maranhão, foram e continuam sendo de muitas trocas comerciais e sociabilidades entre diversos povos e comunidades. Entre os Tembé, por exemplo, ocorre a mesma prática de fazer a roça no lado direito do Gurupi, em terras maranhenses, área que não foi demarcada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) como parte de seu território. Rosilda continua reproduzindo essas práticas, assim como faziam os seus antepassados quilombolas e indígenas.

Podemos pensar que essas fronteiras que definiram o território e a roças quilombolas não adotaram critérios administrativos, mas socioculturais, posto que esses espaços de produção da roça são interligados pelo rio, sendo este um agente nas relações socioeconômicas e culturais. O lugar de fazer a roça é bastante fluido e revela essa relação com o Maranhão e com seus povos, marcando os espaços da multietnicidade e pluralidade de sujeitos que historicamente cruzaram suas cosmologias, como ocorreu entre os pretos do quilombo de Itamoari e indígenas Tembé. Então, pensar a roça no quilombo Itamoari envolve entender a formação dessas territorialidades entre o Pará e o Maranhão, marcadas nas memórias dos mais velhos por festas de santos, brincadeiras no terreiro, no fazer da roça e nas trocas comerciais.

Memórias dos Velhos e a Prática da Roça

Estudos voltados para o uso da memória podem fornecer elementos importantes para pensarmos sobre as lutas das comunidades quilombolas e das resistências das gerações passadas. Essas memórias dos grupos subalternizados podem estar subterrâneas (MICHEL POLLAK, 1989), posto que ao se oporem à

“memória oficial” (do estado nacional) elas criam condições de “subversão no silêncio”, podendo ser acionadas em momentos de crise e disputarem outras marcas e registros de símbolos e signos nas narrativas históricas. Nesse sentido, faz-se necessário buscar as memórias silenciadas, muitas vezes pela historiografia, atentar para a memória dos mais velhos da comunidade e as relações tecidas na região.

As memórias dos velhos são importantes para entendermos alguns processos vividos pelos ancestrais no quilombo de Itamoari. São essas experiências que não constam nos livros didáticos, mas que precisam ser estudadas para compreendermos quem são os sujeitos amazônicos em sua diversidade, porque muitos deles guardam as marcas de outros espaços vividos no continente africano, em processos denominados de confluências e transfluências de saberes entre povos e comunidades (BISPO, 2015). É assim que percebe Rosilda Tembê (2023):

Eu sempre fui muito curiosa. Sempre que a tia Orlanda [Maria Orlanda Soeira do Carmo] ia fazer algum remédio, eu estava ali por perto, ela sempre me dizia: minha filha, assim como eu aprendi com minha sogra Pituca, tu vais aprendendo conosco, enquanto estamos vivas. Os mais velhos sabiam de tantos remédios para várias doenças. Então, por isso, eu acredito em dom, porque eles faziam os remédios e dava certo. Os médicos não acreditam muito em quebranto, flechada de bicho, mãe do corpo. Mas os nossos médicos, que são os curadores que rezam, também são doutores e têm um remédio para cada doença. Tem vários remédios que faz aqui no quilombo. Aqui tem as plantas que fazem chá, os paus que faz as garrafadas, os óleos que fazem a fricção, a reza.

A comunidade de Itamoari, ontem e hoje, vive da agricultura, principalmente da produção da farinha, com plantação de mandioca, arroz e milho, dentre outros vegetais, bem como da pesca, da caça e da coleta do açaí e

outros produtos cultivados ou nativos que servem para a economia local. São esses fazeres que estabelecem um modo de vida particular, em que saberes e práticas direcionam o fazer do dia a dia. Dessa maneira, as práticas nas roças e no cultivo de plantas e ervas medicinais – muito utilizadas no consumo de remédios e curas de diferentes doenças e, principalmente, na manutenção da saúde da comunidade – são associadas a um repertório grande de saberes que permitem aos quilombolas de Itamoari se identificarem como pessoas da terra, no sentido apontado por Antônio Bispo (2021).

As famílias são constituídas por uma rede de família extensa, onde essas interações estão relacionadas com o território (matas, rios e roças, o Escuta, poços e cachoeiras) e com os demais seres que habitam o universo cosmológico dos grupos da região, desde os tempos passados. Ainda hoje no quilombo Itamoari os matrimônios entre negros e indígenas continuam a ocorrer, gerando uma terceira geração de “negros-índios”, como assim se identificam os quilombolas dessa comunidade. Nesse sentido, essas relações com o território são construídas, desde a infância, a partir da proximidade com muitos seres, sendo eles humanos e não-humanos. Essas relações estão presentes dentro das casas, da escola, do terreiro, da igreja, das roças, da casa de farinha, nas áreas de extração de produtos florestais, entre outros. Desse modo, a territorialidade dos quilombolas de Itamoari vai se tecendo nas experiências, de forma que a criança vai, pouco a pouco, tornando-se agente do seu aprendizado ao se apropriar do sentido da ancestralidade e seus significados para a construção do que é ser quilombola, o que implica em se colocar em relação com a multiplicidade de seres, em tecer afinidades com elementos que vão além das plantas, com os animais, os rios e as roças. Frequentar os rios, as roças, a floresta, os rituais e festas de santo é se permitir estabelecer relações com outros mundos, lugares, tempos e diferentes

seres, pois se apropriando dos sentidos da ancestralidade, constroem-se as territorialidades. Podemos perceber esses sentidos na fala de Maria de Fátima do Carmo (2023):

[...] minha filha, desde que eu me entendi, sempre vi meu padraсто se preparando para caçar e também para pescar. Na hora de caçar, ele fazia remédio tanto para ele quanto para o cachorro. Ele fazia banho para os cachorros com laranja da terra e tucupi, para tirar a panemice. Também ele fazia difumação e colocava os cachorros pra cheirar. Essa defumação é feita com casco de jabuti, pelo de paca, pelo de caititu, pimenta malagueta, talo de mandioca – esse era para limpar o faro do cachorro. Já para a pesca, eles sempre usam uma reza e uns banhos, mas eles não contam o que é.

Um outro exemplo é o cuidado com o corpo da mulher na comunidade, pois como a quilombola Maria Orlanda Soeira do Carmo (2022) ensina “a mulher tem que ter seu resguardo, pois sem esses cuidados ela vai acabar adoecendo, que é por falta de cuidados que as mulheres hoje só vivem sendo cortada”. Esses cuidados estão atrelados ao resguardo não só no parto, mas na menstruação, nos cuidados com a alimentação e as restrições de espaços nos quais podem ou não circular. Nos dois exemplos mencionados podemos perceber saberes carregados de significados, como são os processos de construção das roças interligados com as fases lunares, que também indicam os períodos propícios da mulher para plantar e colher, o que implica em proteger, curar e cuidar do corpo, posto que na roça há plantações de frutíferas e medicinais.

Há um ciclo anual das atividades voltadas para os trabalhos nas roças no quilombo Itamoari. É possível perceber que as atividades da roça estão associadas às fases da lua e sua influência no processo de plantio e adubação do solo. As atividades estão associadas a um trimestre do ano. Assim, de outubro a dezembro

a terra está sendo preparada. De janeiro a março se faz o plantio, pois é o período bastante chuvoso na região, ideal para o desenvolvimento das sementes. De abril a junho acontece a colheita do arroz, milho, esses são substituídos pela plantação do feijão, após uma pequena limpeza na mesma área. Por fim, de julho a setembro acontece a colheita do feijão, e em setembro, os quilombolas já começam a escolher a capoeira e a roçagem para o próximo ano.

Os trabalhos nas roças envolvem a escolha do solo e do ciclo lunar para uma boa colheita anual, como contam Rosilda Tembê e Francisco da Piedade do Carmo. O sr. Francisco (2022), de 62 anos, é uma importante liderança quilombola em Itamoari e assim evidenciou seus conhecimentos sobre a produção da roça:

A plantação das roças aqui no Itamoari só inicia quando começa o inverno. A maniva a gente pode plantar depois que queima a roça, porque qualquer sereno vai fazê-la nascer logo, mas o arroz e o milho só podem plantar depois que as chuvas do inverno chegar. Outra coisa, também não podemos plantar em qualquer tempo, mesmo que esteja chovendo tem que esperar a lua ficar boa para poder plantar. Podemos plantar uns três dias depois da lua nova e também na lua crescente. Aí sim a plantação vai dar boas, é porque é assim, nós acreditamos que a lua ela influencia no nascimento e crescimento do plantio. Nós aprendemos assim com os mais velhos e é assim que ensinamos para os nossos filhos.

As atividades das roças se iniciam com a escolha da “capoeira” (terreno em que o mato foi roçado ou queimado para a lavoura), pois dependem do solo para que a roça dê certo, como dizem, para cada plantio de sementes ou espécies. A escolha e a preparação da terra são fundamentais para o plantio e para a colheita. Cada momento é carregado de saberes importantes na construção das roças. Entre esses saberes estão o modo de conhecer o solo, utilizar os saberes sobre as influências do sol e da lua, a forma de armazenar as sementes, o cuidado com a

terra, o funcionamento das estações, porque todos os processos da roça dependem de uma estação, sendo ela dividida entre o inverno e o verão.

A segunda fase é a limpeza do solo, é a “broca”. Como explica Rosilda Tembê, “na roça, brocar é roçar os mato pequeno” e é o homem que faz a tarefa, sendo que uma tarefa de roça equivale a “25 braça quadrado” e cada tarefa corresponde a uma linha de roça. Continuando seu relato, depois de marcar a roça, fazer os picos, fazem o asseiro para “quando ele tocar fogo, não entrar nos outros mato”, tecendo “um caminho a beirando a roça”. Depois de brocar e esses matos cortados secarem, os homens vão derrubar as árvores mais grossas, para depois tocar fogo. Esse trabalho ocorre no período de outubro a dezembro. Nesse momento o trabalho é coletivo e é uma atividade desenvolvida apenas por homens. A estratégia da formação dos grupos para esse processo é fundamental para que ocorra mais rápido, em apenas um dia.

Após a queimada, acontece a limpeza. Segundo Francisco da Piedade, “se o mato estiver bem seco, a roça queima bem, mas se esses galhos não estiverem no ponto certo, então vai ficar muito pau sem queimar, sendo necessário juntar coivara”. A prática de preparação do solo para a plantação das roças é herdada dos mais velhos, no qual o objetivo é a abertura de espaço para o desenvolvimento das plantas, a adubação do solo, através das cinzas pelo processo de queima de biomassa, e de melhoramento de luz sobre o terreno.

O terceiro processo é o plantio, esse ocorre entre janeiro e março. Logo após a preparação do solo, as primeiras sementes são plantadas ainda na terra úmida, após a terra esfriar. As primeiras sementes se caracterizam em vegetais e legumes que servem tanto para o alimento quanto para a produção de remédios, entre essas sementes estão, a abóbora, maxixe e quiabo, gergelim e outros.

Nesse momento os saberes estão bastante presentes, pois existe uma série de elementos culturais presentes no processo de plantio, momento esse que se leva em consideração as condições climáticas e a fase da lua. Os modos de plantar e coletar fazem parte também desses elementos que dinamizam e mantêm a comunidade recriando suas *r-existências*. Para Maria de Fatima (2023), cada semente possui seus segredos da natureza e são as experiências compartilhadas que são levadas em consideração. Em uma entrevista, ela comenta acerca dos segredos da plantação:

[..] tem gente que planta roça de todo jeito, mas eu aprendi que os trabalhos da roça têm seus segredos, assim como a caça e também a pesca. A gente, por exemplo, não planta a roça quando a lua está clara, só quando está escuro. E a mandioca, se plantar na lua fraca, não dá batata. Aí tem toda essa ciência, e ainda tinha outra: o segredo da planta. No tempo que eu me entendi, eles pegavam o tabaco, tiravam as sementes e colocavam nas cabaças. No dia de São José, depois que eles queimavam as roças, eles iam jogar as sementes nas coivaras. Lá só plantava o tabaco se as pessoas fumassem. Eles tinham que plantar o tabaco fumando, mas se a pessoa não fumasse tinha que passar sem fumar, porque o contrário disso as sementes poderiam já estar grandinha mas sumia tudinho.

As festas culturais da comunidade trazem importantes relações com as roças, pois muitos dos produtos cultivados nas roças são essenciais para a manutenção dos festejos, principalmente os de São Benedito, por ser uma festa de santo organizada por toda a comunidade. É importante perceber que a cultura religiosa dos quilombolas de Itamoari possui um universo de significado particular, associada à brincadeira, termo referido para dizer que é festa de umbanda. Nesses festejos são invocadas as entidades do terreiro como os orixás, os santos, principalmente São Benedito, os espíritos da floresta, costume esse

herdado dos povos indígenas, o que os quilombolas chamam de relação negro-índio. Sobre São Benedito, Hurley já comentava essas práticas no século XX, ao mencionar que “no risonho povoado Itamauari (...) [há] cerca de 80 famílias e uma capela em honra a S. Benedicto; possui mais de trezentos moradores, na maioria pretos que emigram do Maranhão e se empregam na agricultura e na extração de ouro (HURLEY, 1928, p. 30).

O plantio das sementes como arroz e milho ocorre logo após a festa a São Benedito, nas primeiras chuvas, também no mês de janeiro. No cultivo da mandioca na comunidade é necessário levar em conta a qualidade do solo, de forma que ele precisa ser menos alagado pois sua germinação e duração de tempo no solo é mais longa. Nesse sentido é importante enfatizar que na comunidade existe dois períodos para a produção da mandioca, o primeiro é a “roça de tempo”, considerada a roça cultivada nos meses entre dezembro e janeiro, e a segunda, é o “ligeiro”, a roça cultivada entre julho e setembro, após a colheita do feijão. O “ligeiro” é uma roça na qual a colheita geralmente se dá em menos tempo, a partir de seis meses, também é uma forma de cultivar os legumes como maxixe, o quiabo e a abóbora para que não falte alimentos para as famílias. O plantio ocorre principalmente para a produção da farinha, a qual se destina ao consumo familiar e à venda em menor escala. Além disso, a mandioca também é utilizada para fazer o beiju, a farinha com coco e o tucupi.

Os trabalhos das roças, assim como todas as atividades culturais, vêm sofrendo grandes transformações ao longo dos anos, principalmente devido o regime da natureza, que muda constantemente. Para os mais velhos da comunidade, essas mudanças acontecem devido a alteração do clima, porque antes havia o período de verão e inverno, hoje em dia, para eles, as chuvas chegam mais cedo e são constantes. Essas mudanças, na maioria das vezes, fazem com que

as famílias iniciem as atividades da derrubada da capoeira mais cedo, ainda no verão, mas não conseguem queimá-las. Dito isto, é importante enfatizar que para fazerem os trabalhos nas roças dependem só da umidade natural do solo, e da estiagem das chuvas para que a matéria prima da floresta passe pelo ressecamento, como já foi dito, para que a roça dê certo.

A natureza é a grande responsável por tantas mudanças, mas principalmente a ação humana sobre ela, que de forma planetária tem sido extremamente explorada em seus recursos e degradada intensamente. Um outro fator que tem contribuído para essas mudanças são as tecnologias e os acessos a elas. Anteriormente, a mandioca, por exemplo, era beneficiada manualmente, ou seja, era arrancada da terra e levada para o rio ou igarapés para passar pelo processo químico natural. Hoje a mandioca é descascada e colocada em um tanque construído com tijolos e depois é cortada com uma ferramenta chamada caititu. Essa prática não ocorre mais pelo processo de raspagem no ralo, como se fazia no passado. O uso das ferramentas também foi substituído, como é o caso da peneira de guarimã, que foi trocada pela peneira de zinco, ou o tipiti que foi substituído pela prensa, assim como outros instrumentos.

O quilombo Itamoari está muito próximo da floresta e do rio, por esse motivo não há uma fronteira entre as roças, a floresta e as casas, e é comum animais como os macacos invadirem as roças e os quintais das casas, além dos constantes ataques dos caititus nas roças de mandioca que ficam mais distantes, e das capivaras nas roças mais próximas do rio; um outro exemplo é a presença do capelão (espécie de macaco) próximo das casas, bem como de pássaros nos quintais. Em seus relatos, Maria de Fatima nos contou: “minha filha os macacos se apresentam como donos das roças, se nós não ficar vigiando, eles acabam o milho antes mesmos do tempo da colheita”.

Carlos Fausto (2020) trata da noção de dono entre os povos indígenas e interpreta essa noção a partir da relação de domínio, nos deixando entender que no mundo ameríndio há diferentes espaços de domesticidade pertencentes aos humanos e aos não-humanos, cada um com seus “donos-mestres”, de forma que a noção cosmológica de “dono” implica compreender o plano sociopolítico no universo amazônico, o qual está associado à capacidade dos seres (visíveis e invisíveis) se apropriarem ou dispor de coisas, pessoas, objetos e constituírem seus nichos, grupos, moradas. Nesse sentido, podemos dizer que o que é considerado roça para as famílias de Itamoari é considerado casa ou morada dos macacos.

Para os quilombolas de Itamoari, como para os indígenas Tembé, a floresta os rios e os igarapés têm seus “protetores” ou “donos”, como é o caso da “mãe d’água”, do “curupira”, que se sentem “donos”. Então, o termo “dono” tem dupla relação, pois remete ao cuidado das mulheres para com a roça, por isso elas são chamadas de “donas das roças”, pois é uma relação de mãe, mas não no sentido de propriedade privada, mas sim pela relação de cuidado e, no sentido de que é também morada dos bichos, donos do lugar.

Essa diversidade de perspectivas e relações existentes entre os quilombolas de Itamoari com a floresta decorre do modo como suas experiências permitiram as confluências de saberes e como aprenderam a manipular as plantas e sementes, já que as estocaram, permitindo permutá-las com as diversas famílias da região, possibilitando novas germinações e a diversidade das espécies.

As lógicas culturais de produção e manejo, incluindo as atividades realizadas em grupo, como ajuda mútua e mutirões entre famílias, constituem o patrimônio biocultural dessa comunidade. O roçado representa não só complemento no sustento familiar, garantia alimentar e financeira, mas, também, formas de sociabilidade e troca cultural, e manejo da floresta, de sua diversidade.

Ressaltamos, portanto, que a diversidade biológica e agrícola está intrinsecamente ligada aos saberes e práticas culturais, por isso a ideia de sociobiodiversidade é fundamental para entendermos como os saberes culturais imprimem diferentes regimes na paisagem e na produção agrícola. O que se produz, se coleta e se come, nesse contexto do Gurupi, está relacionado ao modo como essas populações compreendem a suas relações com diferentes formas de vida e seres que não só alimentam as famílias, mas as sustentam na terra.

As mulheres e seus saberes no fazer as roças

[...] A partir do momento em que o homem entrega o espaço recém queimado à mulher, ela passa a ser responsável não apenas por plantar e colher, mas por manejar uma série de relações que envolvem também as plantas (BERNSTEIN, 2019, p. 189).

Os saberes das mulheres que constroem as roças se fazem por vários caminhos, seja na preparação do solo, no plantio, na colheita ou no processo educativo das crianças. Esses saberes para os indígenas e para os quilombolas têm um importante significado simbólico devido a presença da espiritualidade em suas práticas, e principalmente pelo respeito que têm com a natureza.

As roças do quilombo de Itamoari se diferenciam de outras roças, não apenas por serem um território fértil, mas pela presença da espiritualidade em suas práticas, pelo respeito para com a natureza, onde as variedades plantadas nas roças, além de servirem como alimentos, ainda servem para a produção de leite e óleos usados no processo de cura, como enfatizado por Maria de Fátima (2023):

[..] A semente da abobora é retirado o óleo que serve para várias enfermidades como o tratamento de derrame, para a garganta

inflamada, o quiabo serve para a alimentação mais também serve para o tratamento de diabete assim como o suco do pepino, a semente do quiabo ainda serve para fazer o chocolate, o suco do maxixe serve para aliviar dores na vesícula, o gergelim preto serve para juntar com as sementes de abobora e outras sementes para fazer esfriquição para usar quando a pessoa dá derrame.

Plantar é extrair das plantações remédios ou alimentos, essa estratégia faz toda a diferença para os quilombolas. Nesse sentido, são muitos os saberes que constroem as roças, tanto por homens como por mulheres, pois certos tipos de plantação são feitos na comunidade, na maioria das vezes por mulheres, como: da batata, do jerimum, da melancia, do mamão, da banana, do coco, do limão, da laranja, da lima, da tangerina, dentre outros. Nessa perspectiva, as mulheres, armazenam as sementes, plantam-nas e colhem os alimentos, ensinando às crianças os valores da manutenção das roças às novas gerações, ao tempo que abastecem as famílias de mais alimentos em suas mesas. Com a ajuda dos filhos, as mulheres realizam as plantações mais simples, mas o resultado de suas ações reflete na mesa e na saúde de seus familiares. É justamente dessa forma que elas se sentem importantes na comunidade, posto que ao ensinar os valores culturais quilombolas permitem a permanência do lidar com a terra.

Nesse sentido é importante falar do trabalho das mulheres nos diversos espaços da comunidade. Destacamos aqui algumas das atividades desenvolvidas por Maricota e Maria Orlanda, as quais possuem conhecimentos das plantas e óleos usados na produção de remédios. Por muito tempo essas mulheres desenvolveram atividades no ato de partejar e cuidar das mulheres gestantes da comunidade.

É interessante ver como as outras mulheres são aprendizes de Maricota e Maria Orlanda na hora de fazer os canteiros, pois aprendem preparar o adubo, a

plantar sementes ou mudas como elas, aprendem como a cebola, cheiro verde, pimentinha, couve e alface, arruda, alfavaca, hortelã, manjeriço e outras plantas servem tanto para temperar os alimentos, fazer os chás ou banho para tratar as doenças.

As mulheres aprendem a cuidar dos seus corpos com os ensinamentos das mais velhas, pois foram ensinadas a respeitar os limites da floresta, os horários para circular nos rios e igarapés. Maricota (2021) sempre repete a frase, “você tomem cuidado! Você pensa que esses lugares não têm dono? Depois não vem correndo para cá, porque eu já estou avisando”. Dessa forma, as mulheres mais jovens aprendem muito rápido, pois são ensinadas desde pequenas sobre as interdições ao tocar nas plantas durante a menstruação, parto e resguardo, e compreendem que é uma forma de manterem a saúde e de proteger as plantações, pois nesses períodos seus corpos são considerados reimosos.

As mulheres de Itamoari compartilham muitas vivências umas com as outras, além de trocar experiências sobre as mudas de plantas e sementes, muitas vezes elas trabalham em conjunto na roça da outra, pois algumas roças são mais distantes e isso faz com que optem pelas roças mais próximas de casa, principalmente quando se trata de colher legumes como abóbora e maxixe.

É importante destacar o papel das mulheres itamoariense, já que elas são protagonistas de seus saberes e transmissoras de saberes intergeracionais. São elas que dinamizam os saberes-fazeres, estando entre diversos espaços como nas roças, nos quintais, nas casas, nas coletas de frutos, raízes e sementes da floresta, na produção de seus remédios, nos cuidados com seus canteiros e hortas, promovendo a cura e produzindo sua sociobiodiversidade dos biomas na Amazônia.

Considerações finais

A confluência de saberes-fazeres compartilhados entre as mulheres de Itamoari e as indígenas demonstram o fortalecimento e o reconhecimento ontem/hoje de que o território é o lugar onde se produz os saberes, as vivências individuais e coletivas com a terra. É exatamente esse exercício de viver e cuidar da terra que permite as mulheres quilombolas se conectem com a ancestralidade para produzir suas territorialidades entre mundos múltiplos e diversos seres.

As interações entre as famílias no modo de fazer a roça possibilita uma economia sustentável, sem causar o desequilíbrio para os ecossistemas, pois só se retira da floresta o suficiente para manter suas famílias, principalmente nas atividades das roças, quando produzem a farinha, o plantio e a colheita de alimentos e também os remédios, estratégias dinamizadoras da sociobiodiversidade e da economia local, pois são essas práticas consorciadas que permitem que nossos alimentos não só garantam a soberania alimentar, mas a sustentabilidade.

Nesse sentido, é importante enfatizar como as mulheres agem na produção desses saberes, das lutas que travam para manter a floresta em pé, pois a forma como produzem a roça se entrelaça com múltiplos saberes tangenciados nas relações históricas e familiares com o povo Tembé e outros povos da região, saberes que envolvem cuidar do corpo, armazenar sementes, produzir remédios, rezar, cantar, bater o tambor e acessar os espíritos ancestrais (guardiões dessa terra). É na articulação desses diferentes espaços (no subsolo, rios, matas e quintais) que as mulheres articulam a economia local e suas *r-existências*. Desse modo, ocupar o território é aprender através das atividades da roça os trabalhos

na casa da farinha, as curas com as plantas medicinais, o cuidar do corpo e o lidar com a natureza, pois é através desses saberes ancestrais, atualizados nos conhecimentos da natureza amazônica, que essas mulheres asseguram suas territorialidades.

Por fim, pudemos perceber que é na forma de cuidar do território e os demais seres existentes na floresta que se estrutura a organização política e social das mulheres de Itamoari, expressa na forma como se tornam verdadeiras protetoras da biodiversidade florestal da Amazônia.

A comunidade quilombola de Itamoari, ontem e hoje, vive da agricultura, principalmente da produção da farinha, da plantação da mandioca, do arroz, do milho, de frutas e legumes, das práticas das atividades nas roças, essas atividades estão associadas a um repertório grande de saberes que lhes permite se identificarem como pessoas da terra, no sentido apontado por Antônio Bispo (2021).

Nessa perspectiva a organização econômica na comunidade é voltada para a coleta e produção de base familiar, no entanto, essas atividades são estabelecidas por diversas regras, tanto para o plantio quanto para a colheita, uma vez que na comunidade de Itamoari há controle do desmatamento e desflorestamento. São essas organizações sociais e as interações na comunidade que possibilitam desenvolver uma economia sustentável, uma vez que o manejo dos ecossistemas não possibilita seu desequilíbrio.

Os dados históricos e etnográficos levantados e evidenciados sobre a comunidade de Itamoari nos possibilitaram compreender os saberes, as práticas e as estratégias utilizadas nas atividades das roças, buscando valorizar primeiramente seus sentidos simbólicos com a floresta, os rios e as plantas,

características que garantem as espécies de plantas, sementes, animais e outros elementos que mantêm vivos seu território.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. **Terra de quilombo, terra indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus: PGSCA-UFMA, 2008.

ALVES, Raimundo Nonato Brabo. **Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

BERNSTEIN, Julia. **O cine-maniva do Rio Negro.** 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CUNHA Manuela Carneiro da. **“Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais.** In: *Cultura com aspas e outros ensaios.* São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARMO, Marcia M. S.; PONTE, Vanderlúcia. **A fabricação do corpo e sua relação com o ato de partejar.** Relatório de Pesquisa. [S. l.: s. n.], 2020.

CARMO, Maria Madalena S. do. **Posso Ser Negro-Índio? Reflexões sobre a perspectiva afroindígena em um quilombo na Amazônia.** Revista África e Africanidades, ano XVI, nº 46, p. 83-94, 2023. Disponível em: https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Dossie_Ra%C3%A7a_e_Amazoni_dades . Acessos em: 10 out. 2024.

CARMO, Maria Madalena dos S. do. **Faço garrafadas, trato de mulheres e mães de filho: saberes afroindígenas no ato de partejar na Aldeia Ytwaçu e no quilombo de Itamoari.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2020.

CARMO, Maria Madalena dos S. do. **Vó Pituca**. Revista África e Africanidades, ano XIV, ed. 40, p. 39-45, 2022. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/cadernointelectualidades2.pdf>. Acessos em: 22 ago. 2024.

ESTATUTO. **Estatuto de Regulamento de Quilombo, com base na vida social Quilombolas de Itamoari**. Acervo da Associação. Cachoeira do Piriá, 1º de janeiro de 2000.

FURTADO, Gabriela G. B.; CARMO, Maria Madalena dos S. **“Dança do cajá”: aspectos culturais do ser negro-índio no quilombo Itamoari, Pará**. Revista Aedos, v. 16, n. 35, p. 294-312, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/134337>. Acesso em: 2 out. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **“No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX**. História Unisinos, v. 10, n. 3, p. 281-292, 2006. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6182/3347>. Acesso em: 4 ago. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (séculos XVII-XVIII)**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Em torno dos Bumerangues: Outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial**. Revista USP, n. 28, p. 40-55, 1996. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28363/30221>. Acesso em: 4 ago. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

PACHECO, Agenor Sarraf. **Os Estudos Culturais em Outras Margens: identidades afroindígena em "zonas de contato" amazônicas**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, v. 9, n. 3, p. 1-19, 2012. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/ARTIGO_1_SECAO_LIVRE_AGENOR_SA

[RRAF_PACHECO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf](#). Acesso em: 4 ago. 2024.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. **“Mulher-pajé”**: cosmopolítica do corpo na festa do **wira’uhaw Tenetehar-Tembé**. *Tellus*, v. 22, n. 47, p. 35-60, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/tellus.v22i47.771>. Acessos em 13 mar. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De sabores e saberes: apropriação da natureza, conhecimento e segurança alimentar**. In: A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIS, Rosely da Luz et al. **O Território, Identidade e Meio Ambiente no Quilombo de Itamoari como realidades de Práticas Sustentáveis**. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, São Bernardo do Campo - SP, 2018. Anais [...]. Bauru: IBEAS, 2018, 4p. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2018/XI-046.pdf>. Acessos em: 12 ago. 2024.

REIS, Rosely da Luz et al. **Populações Tradicionais: uma reflexão das vivências do quilombo do Itamoari, nordeste paraense**. In: XI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Vitória - ES, 2020. Anais [...]. Bauru: IBEAS, 2018, 11p. Disponível em <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2020/XI-026.pdf>. Acessos em 12 ago. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Somos da terra**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, p. 44-51, 2018.

SARRAF PACHECO, Agenor. **Os Estudos Culturais em Outras Margens: identidades afroindígenas em "zonas de contato" amazônicas**. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n. 3, p. 1-19, 2012. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/416>. Acessos em: 12 jan. 2024.

SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Marcia do Carmo Sousa
Vanderlúcia da Silva Ponte
Maria Roseane Corrêa Pinto Lima
p. 288 - 324

Cultivar a terra: Saberes e práticas da roça entre
mulheres do quilombo Itamoari, Pará

SOUSA, Emilene Leite de; PONTE, Vanderlúcia; AMORAS, Maria, et al. **Etnicidade, Territorialidade e Infância: a produção de territorialidades e etnicidades por crianças indígenas e quilombolas.** Relatório Final de Pesquisa. [s.l.] FAPEMA/UFMA/UFPA, 2022.

SOUSA, Marcia do Carmo. **Resistências Negro-Índio: relações de saberes na produção das roças dos quilombolas de Itamoari.** 2023. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2023.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. **Um rio e suas gentes: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824).** 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.